

OJIMA, RICARDO; FUSCO, WILSON. "Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização", p.11-26. In Ricardo Ojima, Wilson Fusco. **Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente**, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015. <http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-ojimafusco-04>

1

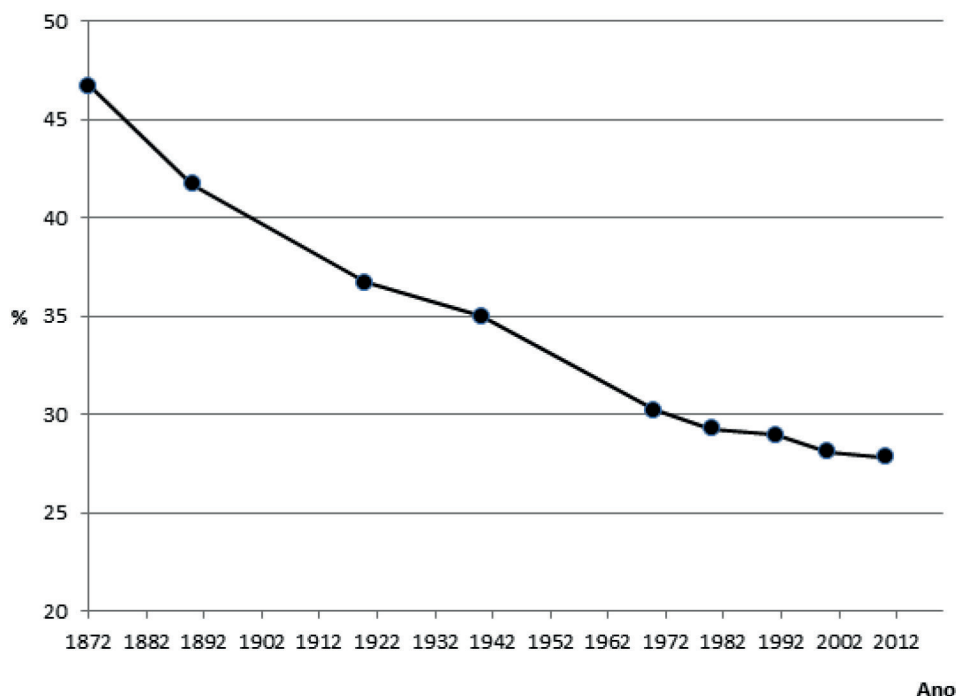
CAPÍTULO

MIGRAÇÕES E NORDESTINOS PELO BRASIL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Wilson Fusco e Ricardo Ojima

A Região Nordeste destaca-se como locus privilegiado para análise de dinâmica migratória devido à intensidade com que os deslocamentos populacionais têm ocorrido nessa área, fato observado desde os registros oficiais mais antigos. Dados dos primeiros Censos Demográficos mostram que, ainda na segunda metade do século 19, o Nordeste era a região mais populosa do Brasil e sua população representava quase a metade dos habitantes do país. Mais especificamente, conforme dados do Censo de 1872, a população do Nordeste correspondia a 46,7% do total nacional. A partir de então, os registros mostram um constante declínio nessa participação até atingir os atuais 27,8% da população brasileira, ainda que as taxas de fecundidade da região se apresentem, sistematicamente, como as mais altas do país.

Gráfico 1 – Evolução da participação relativa (em %) da população residente da região Nordeste, 1872 a 2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos

Essa redução na participação relativa da região está relacionada diretamente à ocorrência de um processo emigratório continuado, não obstante a permanência de altas taxas de crescimento natural da população. Os fluxos de saída da população a partir do Nordeste (emigração) conduziram seus naturais para todas as regiões brasileiras, mas os primeiros registros de expressivos grupos de emigrantes destacam inicialmente a Região Norte como destino. Em meados do século 19 a Amazônia experimentou crescimento econômico em função da extração da borracha, atraindo numerosos migrantes para a região como consequência do uso extensivo de mão de obra. No decorrer do período que vai de 1839 (quando da descoberta da vulcanização da borracha) a 1932 (final da grande depressão), essa região recebeu uma grande quantidade de nordestinos, procedentes, em sua maioria, das zonas do agreste e do sertão do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Às vezes, expulsos de sua terra natal por causa das secas, fenômeno climático que atinge grande parte do Nordeste de forma crônica, outras vezes

(ou simultaneamente) atraídos pelas oportunidades resultantes de atividades econômicas em expansão, os migrantes do Nordeste se moveram em grande número, somando aproximadamente 300 mil pessoas durante os primeiros anos do século 20. Com o colapso da produção da borracha, após a II Guerra Mundial, muitos voltaram para o Nordeste, enquanto outros permaneceram e se fixaram nos seringais, mantendo uma agricultura de sobrevivência (BENCHIMOL, 1999).

No século 20, o intenso aumento da população brasileira, inicialmente devido à imigração internacional e depois pelo próprio crescimento natural, levaria a outros importantes movimentos internos no país. Num primeiro momento, os colonos europeus instalados no estado de São Paulo, na condição de pequenos proprietários, arrendatários, colonos parceiros ou empregados das fazendas de café, migraram para o Paraná com o objetivo de aumentar a superfície de suas explorações ou, simplesmente, para aceder à propriedade. A onda de colonização na região Sul aumentou efetivamente com a chegada de um novo contingente de migrantes, composto de brasileiros nativos, principalmente do estado de São Paulo, aos quais se juntaram os migrantes vindos de Minas Gerais. Paralelamente, verificou-se o rápido aumento da migração a partir de estados do Nordeste (em grande parte com origem rural), com expressivos incrementos nos fluxos de saída a partir da grande seca da segunda metade da década de 1950 em direção ao Sudeste brasileiro. Durante a década de 1930, o Nordeste perdeu algo em torno de 650 mil pessoas para outras áreas do país e, no decorrer da década seguinte, o número de emigrantes chegou a mais de 900 mil. A década de 1950 foi também um período de intensa emigração inter-regional, de tal modo que a taxa média de crescimento anual da população nordestina ao longo do decênio foi de 2,1%, enquanto a do Brasil foi de 3,4% (SOUCHAUD, 2009).

A partir da década de 1960, o processo de expansão das fronteiras agrícolas muito contribuiu para a redistribuição da população nacional. Nesse período, foi iniciado um processo intenso de modificação da base produtiva na Região Centro-Oeste, o qual estava estreitamente vinculado à ação estatal por meio de programas de incentivo aos mercados internos e externos com vistas à modernização agropecuária e integração da região. As décadas seguintes foram marcadas pela implantação de importantes empresas agroindustriais, muitas vezes associada a investimentos estatais em infraestrutura, incentivos fiscais, crédito subsidiado e atuação de órgãos oficiais de apoio. A maior parte da região foi amplamente afetada pelo que se convencionou denominar a “marcha modernizadora do oeste”, que teve o fluxo imigratório de nordestinos como um de seus componentes mais importantes. (CUNHA,

2002). Assim, o processo de crescimento das grandes cidades ocorreu concomitante à ocupação de fronteiras agrícolas, até a década de 1970, marcando a importância dos movimentos com origem no rural (entre os anos de 1960 e 1970) e das migrações de longa distância (RIGOTTI e CUNHA, 2011).

A partir dos anos 1980, as migrações internas no Brasil adquirem maior complexidade, com predominância dos deslocamentos do tipo urbano-urbano. A diminuição da evasão populacional e o aumento da imigração na Região Nordeste, conjuntamente a outras alterações observadas na dinâmica migratória nacional, indicavam um possível ponto de inflexão nos volumes dos fluxos inter-regionais.

A década de 1990, por outro lado, não registrou evidências de continuidade dos processos observados nos anos anteriores: ao contrário, verificou-se um incremento importante da emigração nordestina – de 3,6 milhões entre 1981-1991 para 4,0 milhões nos anos de 1990, ao mesmo tempo em que o Sudeste voltou a registrar aumento em volume nos fluxos de imigrantes. Dessa forma, observa-se que, em vários pontos do país, a presença de naturais do Nordeste ainda é significativa e a situação de São Paulo é exemplar. Em 2000 a Região Metropolitana de São Paulo contava aproximadamente 18 milhões de habitantes, e os nordestinos participavam de forma expressiva na população: 3,6 milhões, ou 21% dos residentes na Região Metropolitana de São Paulo eram nascidos num dos estados nordestinos (FUSCO; DUARTE, 2010).

As transformações na economia – desconcentração e reestruturação produtiva – foram elencadas como fatores importantes na explicação sobre algumas mudanças observadas nos anos de 1980 e 1990, mas seu alcance não foi satisfatório, proporcionando a emergência de um novo argumento: a defasagem entre economia e dinâmica migratória (CUNHA; BAENINGER, 2005). Na verdade, há algum tempo os estudiosos do tema vêm buscando novas abordagens teórico-metodológicas para superar os desafios recentes de interpretação para a dinâmica migratória, não apenas do Nordeste, mas do Brasil como um todo, com bem explica Brito (2009).

O Nordestino fora do Nordeste

Mesmo nos estudos que passam a dar mais atenção a modalidades de movimentos populacionais menos representativos em outros períodos, como o retorno e a migração de curto prazo (CAMPOS et al, 2012), são os naturais do Nordeste que se destacam com maior presença nos fluxos e nas

proporções nesses estudos. Sendo assim, pode-se dizer que os nordestinos assumiram e ainda assumem fundamental contribuição para a redistribuição espacial da população brasileira. Neste sentido, a partir das informações censitárias das últimas décadas, buscou-se elaborar um quadro da distribuição da população no território nacional em função da região de nascimento das pessoas, com foco especial para os nascidos na Região Nordeste. Foi possível, assim, evidenciar a relação entre estoque e fluxos dos migrantes nordestinos e as diferentes formas que a migração tem sido observada no Brasil, com ênfase nos últimos 30 anos.

Brasileiros fora de sua Região de nascimento

As informações censitárias sobre a distribuição percentual da população residente fora de sua região de nascimento ao longo dos últimos 50 anos evidenciam a importância dos naturais do Nordeste em duas diferentes perspectivas: a proporção desses estoques de migrantes em relação ao total de naturais das respectivas Regiões (Tabela 1) e o peso dos nordestinos em cada uma das Regiões brasileiras (Tabela 2).

Tabela 1 – Brasil. Distribuição percentual de pessoas nascidas no Brasil com residência fora de sua Região de nascimento em relação ao total de naturais da respectiva Região, segundo Região de nascimento e ano do censo. 1970-2000.

REGIÃO DE NASCIMENTO	ANO				
	1970	1980	1991	2000	2010
NORTE	3,6	3,6	4,1	4,9	5,2
NORDESTE	11,7	14,9	15,1	17,2	15,6
SUDESTE	6,5	5,7	5,3	5,2	4,8
SUL	3,2	7,8	9,4	9,4	8,2
CENTRO-OESTE	4,9	8,0	9,5	10,1	9,2

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos – 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Observa-se que o ano de 1970 registrou 11,7% dos naturais do Nordeste vivendo fora de sua Região de nascimento, sendo este o nível mais baixo observado até hoje. Nesse mesmo ano, os naturais do Sudeste que viviam

fora de sua Região conformavam o segundo grupo em importância nesse quesito, com o registro de 6,5%. Desde esse momento, o nível do estoque de nordestinos residentes fora do Nordeste aumentou sistematicamente, chegando a 17,2% em 2000, antes de uma leve inflexão observada no censo de 2010, quando foi registrada a proporção de 15,6%.

Observa-se, também, que as proporções de emigrantes das Regiões Sul e Centro-Oeste superaram a da região Sudeste a partir de 1980, porém sempre com medidas inferiores às do Nordeste, que se manteve a mais alta proporção em todos os períodos analisados. A proporção de naturais do Sudeste, por sua vez, reduziu-se continuamente até atingir a posição mais baixa dessa classificação, o que coloca o Sudeste como a Região com menor estoque de emigrantes em relação ao total de seus naturais.

Tabela 2 – Brasil. Distribuição percentual de pessoas nascidas na Região Nordeste em relação à população da Região de residência, segundo a Região de residência e ano do censo. 1970-2010.

REGIÃO DE RESIDÊNCIA	ANO				
	1970	1980	1991	2000	2010
NORTE	5,1	7,6	10,1	9,7	8,3
NORDESTE	99,1	98,8	98,3	97,8	97,5
SUDESTE	6,3	8,6	8,2	9,4	8,0
SUL	2,3	1,5	1,1	1,0	1,1
CENTRO-OESTE	12,5	12,5	11,3	12,0	11,4

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos – 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Percebe-se, portanto, uma correspondência entre a oscilação dos volumes de emigração a partir do Nordeste nos últimos três censos (CAMPOS et al, 2012) e a variação na proporção de nordestinos fora de sua Região: ambos aumentam na década de 1990 e diminuem nos anos 2000. Cabe destacar que o estoque de migrantes é determinado pelos sobreviventes que constituem o saldo migratório acumulado ao longo dos anos. Devido a esse fato, o impacto da diminuição dos saldos migratórios negativos verificada nas últimas duas décadas (CAMPOS et al, 2012), juntamente ao aumento das migrações de retorno, só encontrou correspondência no estoque de emigrantes nordestinos no censo de 2010.

Nordestinos pelo Brasil

Os resultados apresentados na Tabela 2 retratam o peso do estoque de naturais da Região Nordeste em cada uma das Regiões brasileiras. Nota-se, primeiramente, a contínua diminuição na proporção de nordestinos em sua própria Região. Apesar de tímido, o aumento na proporção de não naturais na Região Nordeste é regular ao longo dos últimos cinco censos, consolidando a inédita composição regional da população de residentes. Se, por um lado, esse resultado mostra a possível tendência para uma nova característica regional – atratividade migratória para outros brasileiros –, por outro lado, evidencia em uma perspectiva diferente o efeito das migrações de retorno: a importância crescente de imigrantes que são filhos de retornados, mas nasceram fora do Nordeste; efeitos indiretos da migração de retorno.

Este efeito indireto, ora identificado como elemento importante na análise do retorno migratório (RIBEIRO; CARVALHO; WONG, 1996), ainda tem sido pouco explorado pela literatura tanto em termos de suas consequências quantitativas, quanto características. O retorno migratório, mensurado pelos naturais da UF onde residiam na ocasião do Censo Demográfico de 2010 e que viviam em outra UF há exatos cinco anos antes (“data fixa”), somavam cerca de 1 milhão de pessoas em 2010. Volume que representava 21% de todos os migrantes do país nesse ano. E é na Região Nordeste onde a migração de retorno apresenta as maiores participações em relação ao total de movimentos migratórios, representando 37% dos imigrantes totais para a região.

O efeito indireto, por sua vez, também é o mais expressivo na Região Nordeste. Considerando os imigrantes de “data fixa” não naturais do Nordeste, mas que residiam em domicílios onde o responsável ou o seu cônjuge eram retornados, teríamos cerca de 100 mil imigrantes como efeito indireto do retorno migratório. Assim, pelo menos 10% (pois há uma perda de informação a respeito dos que não foram recenseados no mesmo domicílio do retornados) de todos os imigrantes para o Nordeste seriam, sob este critério, efeitos indiretos da migração de retorno.

Outra maneira de considerar o estoque de emigrantes é por meio da observação da proporção dessas pessoas em relação às populações das demais Regiões brasileiras. Nesse caso, a importância dos nordestinos é maior na Região Centro-Oeste, com índices variando entre 11,3% e 12,5% durante o período. Sudeste e Norte alternaram-se em segundo lugar (girando em torno de 8% em períodos mais recentes), dependendo do ano em questão. Ainda com relação à comparação entre as duas Regiões, destaca-se a maior

participação proporcional dos nordestinos na população da Região Norte nos últimos 30 anos – atingindo o registro de 10,1% da população residente em 1991 -, ainda que o quantitativo registrado na Região Sudeste seja de 5 a 6 vezes maior quando comparado ao do Norte.

Tabela 3 – Brasil. Distribuição percentual de pessoas nascidas na Região Nordeste segundo Região de residência, por ano do censo. 1970-2010.

REGIÃO DE RESIDÊNCIA	ANO				
	1970	1980	1991	2000	2010
NORTE	0,6	1,1	2,0	2,2	2,1
NORDESTE	88,3	85,1	84,9	82,8	84,4
SUDESTE	7,9	10,8	10,4	12,0	10,4
SUL	1,2	0,7	0,5	0,5	0,5
CENTRO-OESTE	2,0	2,3	2,1	2,5	2,6
TOTAL %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL N	32.170.621	40.356.300	49.123.025	56.400.607	61.158.058

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos – 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Quando o denominador da fração de nordestinos em cada Região é o total de pessoas nascidas no Nordeste, como exposto na Tabela 3, pode-se observar a atratividade que cada Região exerce para os migrantes ao longo do período analisado. A observação mais importante, nesse caso, é o pico do estoque de nordestinos fora de sua Região no ano 2000. Esse fato encontra correspondência com estudos que destacam esse como o ano em que foram observados os maiores volumes de emigração a partir do Nordeste.

Ainda que os resultados da Tabela 3 encontrem respaldo em análises anteriores sobre tendências das migrações a partir do Nordeste, a posição isolada do Sudeste como lugar de maior estoque de migrantes em função da demanda por mão de obra não é algo novo. Tampouco o rápido aumento na proporção dos que escolheram viver na Região Norte a partir da década de 1970, em correspondência à expansão da fronteira agrícola (BRASIL, 1997). No entanto, observa-se que a Região Centro-Oeste é a única para a qual as proporções dos naturais do Nordeste seguem aumentando desde a década de 1980.

Nordestinos em movimento

Quando o estoque total de migrantes é apreciado juntamente com o respectivo tempo de residência, pode-se falar em renovação de tal estoque. Segundo o censo de 1991, 36,4% do estoque de naturais do Nordeste residindo fora de sua Região chegaram à UF de residência atual (em 1991) nos 10 anos anteriores ao censo – ou seja, 36,4% das pessoas naturais do Nordeste e residentes em outra Região brasileira são migrantes de última etapa. Destes, 75,9% vieram diretamente do Nordeste, enquanto que os demais (24,1%) já residiam em outra UF fora do Nordeste, configurando migrações com duas ou mais etapas. Em 2000, a proporção de renovação do estoque de migrantes foi de 32,7% e de deslocamento diretamente a partir do Nordeste foi de 84,5%, evidenciando a correspondência do aumento da migração de nordestinos a partir de sua Região de nascimento com o momento de maior volume de emigração na Região. Essas proporções foram de 32,9% e 71,1% em 2010, em consonância com a redução do volume de saídas do Nordeste nos últimos anos, ao mesmo tempo em que permitem a observação do aumento do peso dos migrantes que tiveram nova mudança de residência, já fora do Nordeste. Esse processo migratório com mais de uma etapa sugere a dificuldade de se inserir satisfatoriamente na sociedade de destino, da mesma forma que o fazem as crescentes migrações de curto prazo.

Ao centrarmos as análises nos últimos 30 anos, período que tem sido caracterizado como de transição para novos padrões migratórios, passamos a focalizar os fluxos e não mais o estoque de migrantes. Aqui cabem destacar os saldos migratórios e a alternância dos destinos mais importantes para os emigrantes. A década de 1980 representou o momento de duas mudanças importantes: a diminuição do fluxo de emigrantes e o aumento do número de retornados para o Nordeste. Como consequência, o saldo migratório negativo diminuiu. Já na década de 1990, ao contrário da expectativa geral, o volume de migrantes aumentou nos dois sentidos, mas com maior intensidade entre os imigrantes, com destaque, mais uma vez, para a migração de retorno. Nos anos 2000 o volume de migrantes volta a diminuir, assim como o saldo migratório negativo.

Essa tendência parece indicar a melhoria nas condições de retenção da população no Nordeste, mas também pode indicar a dificuldade de inserção dos migrantes nos centros mais dinâmicos, tanto pela menor oferta de emprego como pela maior seletividade, provocando migrações com duração mais curta, que não são satisfatoriamente captadas pelos censos. Além disso, a dinâmica de migração é cada vez mais diferente entre os estados do

Nordeste e no interior desses estados, refletida em saldos negativos importantes para Maranhão e Bahia em todo o período e em saldos positivos no Rio Grande do Norte e em Sergipe, nos anos mais recentes (OJIMA, 2012; OJIMA; NASCIMENTO, 2012).

A mudança na concentração dos migrantes em função do lugar de destino é outro aspecto destacado. Segundo a Tabela 4, os resultados do censo de 1991 mostram que o Sudeste, principalmente São Paulo e sua região metropolitana, era o principal lugar de recepção dos nordestinos, absorvendo 63,9% dos migrantes. Centro-Oeste e Norte dividiam a segunda posição. O Norte (com 18,3%), mais especificamente, tem no sudoeste do Pará o principal lugar de destino para maranhenses, que vão trabalhar na mineração. No Centro-Oeste (que registrou 15,1%), o Distrito Federal foi o lugar que mais recebeu migrantes nordestinos na década de 1980.

Tabela 4 – Brasil exceto Nordeste. Distribuição percentual de migrantes de última etapa nascidos no Nordeste e residentes em outra Região, segundo Região de residência e ano do censo. 1991-2010.

REGIÃO DE RESIDÊNCIA	ANO		
	1991	2000	2010
NORTE	18,3	13,9	14,4
SUDESTE	63,9	66,1	62,4
SUL	2,7	2,1	3,5
CENTRO OESTE	15,1	17,9	19,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos – 1991, 2000 e 2010.

Uma análise mais detalhada sobre os deslocamentos dos nascidos no Nordeste durante a década de 1980 permitiu observar que migrantes de última etapa nascidos na Bahia constituíam o maior volume em todas as Regiões, exceto a Norte, onde predominam maranhenses e cearenses, tanto em volume como em proporção. Levando em consideração a medida relativa, Pernambuco está em primeiro lugar no Sudeste (84%) sendo que o estado de São Paulo sozinho tem 70% dos pernambucanos. Cabe, também, destaque para a proporção de naturais do Piauí como migrantes de última etapa no Centro-Oeste (30%).

Quando se coloca em foco os fluxos na década de 1990, nota-se que os naturais da Bahia repetem tendências observadas na década anterior. Nesse

período, a Região Sudeste consolida a maior proporção de migrantes de última etapa naturais do Nordeste: aqueles nascidos na Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia concentram-se em 80% (mais, em alguns casos) nesse destino. Cabe destacar, ao mesmo tempo, a redução da importância de São Paulo e sua maior Região Metropolitana como destino. Por outro lado, maranhenses e piauienses diminuem a proporção no Norte e aumentam fortemente no Centro-Oeste, onde Brasília e Goiás passam a disputar a corrente na Região.

Em 2010, novas configurações são notadas: Bahia, agora, só tem maior volume no Sudeste e Sul, pois Maranhão passa a ter maior volume no Centro-Oeste, que consolida a tendência de aumento no fluxo de nordestinos. O Sudeste tem redução relativa, mas continua isolado em primeiro lugar na preferência dos migrantes nordestinos de última etapa, ainda que a Região Metropolitana de São Paulo – e, de resto, o estado como um todo – continue a perder importância como destino.

Em seu próprio território

Ao focalizarmos as migrações no interior da própria Região Nordeste, trazemos a tona um aspecto com menor volume de estudos, mas que guarda grande relevância para entendermos a dinâmica migratória entre as Grandes Regiões. Segundo o Censo de 1991, das pessoas que deixaram sua residência no Nordeste durante a década de 1980, 73,1% escolheram um município da própria Região como destino, sendo que 62% migraram para outro município no interior do mesmo estado. Essas medidas deixam clara a importância que adquirem certos recortes territoriais atrativos para os migrantes da própria Região, pois em sua ausência, muitos desses migrantes iriam se deslocar a distâncias muito maiores para seguirem aos centros mais dinâmicos da economia nacional (FUSCO 2012).

O censo de 2000, que reflete a década de 1990, mostra que houve um aumento da emigração a partir do Nordeste para outras regiões, tendo, como consequência, a redução das proporções para a migração intrarregional ou intraestadual, atingindo 65,5% e 54,4%, respectivamente. No censo de 2010 – cujo comportamento dos migrantes refere-se à década de 2000 –, registrou-se que 68,9% das saídas tiveram como destino um município no interior do Nordeste e que 58,6% ocorreram dentro do próprio estado. Em volume, dado o peso dos nordestinos nos fluxos que envolvem a Região, os dois tipos de deslocamento acompanharam o agregado de emigrantes do Nordeste ao longo desses 30 anos, seja qual for a Região de nascimento dos indivíduos.

A Tabela 5 traz a distribuição percentual dos migrantes intrarregionais de última etapa do Nordeste por UF de residência, segundo os últimos três censos. O maior destaque fica por conta do desempenho de Pernambuco, o estado com maior proporção de emigrantes e de imigrantes intrarregionais, sempre apresentando a maior perda relativa nas trocas em todos os períodos analisados. Também merecem destaque os estados do Rio Grande do Norte e de Sergipe, que, apesar de registrarem os menores índices de trocas com outros estados da Região, apresentam resultados positivos em todos os anos. Finalmente, chama a atenção o fato de a Bahia ter sempre resultado positivo nas trocas com outros estados do Nordeste, já que o saldo migratório com o resto do Brasil tem sido sempre negativo.

Tabela 5 – Nordeste. Distribuição percentual de imigrantes e emigrantes intrarregionais de última etapa nascidos no Nordeste e as respectivas diferenças entre percentuais, segundo UF de residência e ano do censo. 1991-2010.

UF DE RESIDÊNCIA	ANO								
	1991			2000			2010		
	A	B	A-B	A	B	A-B	A	B	A-B
	IMIGR.	EMIGR.		IMIGR.	EMIGR.		IMIGR.	EMIGR.	
MARANHÃO	10,3	9,6	0,7	8,3	9,6	-1,3	8,4	8,2	0,2
PIAUI	10,5	10,3	0,2	9,9	9,9	0,0	9,2	9,4	-0,2
CEARA	11,5	12,8	-1,4	13,0	10,8	2,1	11,4	11,6	-0,2
RIO GRANDE DO NORTE	8,2	6,4	1,8	8,1	6,0	2,1	8,4	6,0	2,4
PARAIBA	10,4	12,8	-2,4	10,8	11,9	-1,1	11,2	11,3	-0,1
PERNAMBUCO	18,4	22,1	-3,6	18,8	22,6	-3,9	19,0	22,5	-3,5
ALAGOAS	8,1	9,0	-0,8	7,9	10,7	-2,8	8,1	10,6	-2,4
SERGIPE	7,9	4,4	3,5	8,5	5,4	3,1	8,7	5,8	2,9
BAHIA	14,7	12,7	2,0	14,8	13,0	1,8	15,5	14,6	0,9
TOTAL %	100,0			100,0			100,0		
TOTAL N	835.490			864.749			741.043		

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos – 1991, 2000 e 2010.

Migrações Nordestinas Recentes

A emigração diminuiu, mas o Nordeste continua a apresentar, de forma agregada, saldo migratório negativo importante, influenciando de forma relevante a distribuição da população pelo território nacional. As mudanças observadas na economia nacional ainda não são suficientes para eliminar as desigualdades regionais ou, ao menos, dar condições mínimas para a reprodução social da população em seu lugar de nascimento. Assim, o nordestino continua a migrar, ainda que em volumes menores, aparentemente buscando novos lugares onde consiga se inserir no mercado de trabalho, apesar das dificuldades do momento atual.

Apesar disso, pode-se dizer que mais recentemente há uma maior heterogeneidade de contextos migratórios ocorrendo na Região Nordeste. Com o arrefecimento dos movimentos migratórios de longa distância, outros tipos de mobilidade passam a assumir maior peso tanto em termos gerais como nos seus aspectos seletivos e qualitativos. Assim, entender as características do movimento de retorno, seus efeitos indiretos, a atratividade de migrantes diretos, os novos espaços de migração intrarregional, entre outros, é de fundamental importância para as políticas sociais e o próprio desenvolvimento regional.

O semiárido, por exemplo, é um recorte territorial que extrapola o limite político administrativo das Unidades da Federação, mas que, enquanto contexto ambiental diferenciado, merece maior investigação no que diz respeito à distribuição interna da população nordestina. A seca, sempre mencionada como elemento central entre os fatores de expulsão da população nordestina, não abrange todo o Nordeste e é claramente um fenômeno localizado. Como estes recortes diversos se manifestam em termos da distribuição da população nordestina é uma questão a ser melhor explorada. As migrações nordestinas precisam ser entendidas também a partir de suas características endógenas.

Além do dilema sobre os caminhos a seguir para melhor compreender as transformações no padrão e nos volumes migratórios nacionais das últimas décadas do século 20, interessa saber: o que está acontecendo, em termos de dinâmica migratória, nos primeiros anos deste século? O que orienta este livro é entender as principais mudanças que mais recentemente têm ocorrido na região Nordeste em termos migratórios. Talvez não seja suficiente pensar a migração no Nordeste a partir apenas de sua relação umbilical com os processos sociais e econômicos que ocorrem no Sudeste do país, mas entender as características e a seletividade da migração nordestina a partir de um olhar nordestino.

É possível que, a partir de um foco que privilegie análises intrarregionais, sem necessariamente desconsiderar a manutenção dos fluxos tradicionais, mas considerando as evidências de mudanças importantes no contexto local que mudaram o sentido (demográficos, geográficos e simbólicos) destes processos, essa realidade possa ser melhor compreendida. Em outras palavras, o comportamento heterogêneo de subconjuntos regionais incrementa a complexidade da configuração dos deslocamentos populacionais na Região Nordeste, justificando, ainda mais, a realização de estudos regionais direcionados. Enfim, este livro reúne algumas contribuições que caminham nessa direção: entender as migrações nordestinas a partir do Nordeste. Esperamos que o debate iniciado aqui se propague e incentive que nossos e outros trabalhos se encontrem futuramente.

REFERÊNCIAS

- BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: formação cultural e social. Manaus, Editora Valer, 1999, 480 p.
- BRASIL, Marília C., Os fluxos migratórios na região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. In: Cadernos de Estudos Sociais, jan-jun 1997, vol. 13, n. 1, pp. 61-84.
- BRITO, Fausto. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Texto para discussão 366. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.
- CUNHA, José M. P.; BAENINGER, Rosana A. Cenários da migração no Brasil dos anos 90, in Caderno CRH, Salvador, Centro de Recursos Humanos da UFBA, v. 18, n. 43, p. 87-101, Jan./Abr. 2005.
- CUNHA, José M. P. da. Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina. Serie Población y Desarrollo, Santiago de Chile, v. 30, p. 3-52, 2002.
- FUSCO, Wilson. Regiões metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes. REMHU (Brasília), v. XX, p. 101-116, 2012.
- FUSCO, Wilson; DUARTE, Renato. Regiões Metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes. In: Anais ABEP. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2010, Caxambu, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Microdados dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.
- OJIMA, R. As migrações recentes no Rio Grande do Norte: notas sobre um estado ganhador. Cadernos de Estudos Sociais, v. 27, p. 147-154, 2012.

NASCIMENTO, T. C. L. ; OJIMA, R. . Entre as idas e vindas potiguares: desenvolvimento regional e migrações no contexto do Rio Grande do Norte. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 27, p. 166-190, 2012.

RIBEIRO, José Teixeira Lopes, CARVALHO, José Alberto Magno, WONG, Laura Rodríguez. Efeitos Demográficos da Migração de Retorno: uma proposta metodológica. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Anais ABEP, v.2, outubro 1996, p.955-972.

RIGOTTI, José I. ; BAPTISTA, Emerson A. . Migração de retorno no Brasil nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. In: Anais ABEP, 2012, Águas de Lindóia, pp. 1-20.

RIGOTTI, José. I. R.; CUNHA, José. M. P. A migração interna nos últimos 50 anos: (des) continuidades, rupturas e recrudescimentos. XI Reunión Nacional de Investigación Demográfica em México. Sociedad Mexicana de Demografía (SOMEDE). Águas Calientes, 2012.

SOUCHAUD, Sylvain . Les périodes migratoires du peuplement au Brésil, de la fin du XIXème siècle à nos jours. *Hommes & Migrations* (1987), v. 1281, p. 30-39, 2009.

